



EDITORIAL

A DERMINAS completará 37 anos de existência no próximo dia 12 de fevereiro, tendo suportado ilesa, no período, várias crises decorrentes de cenário econômico adverso. O ano de 2017 foi marcado pelas consequências de uma crise financeira cíclica, que atingiu instituições centenárias e consideradas sólidas. A desconfiança e a incerteza afetaram os rumos da economia.

Em divergência ao nosso comprometimento de assegurar o respeito aos compromissos futuros com todos os participantes e assistidos, o governo apresenta, agora, uma proposta de reforma da previdência, alegando que, nas condições atuais, esta ficará inviável. Na avaliação governamental, a reforma previdenciária proposta aliviaria, de imediato, o erário. Porém, caberia a nós arcarmos com as consequências, pois haverá, com certeza, reflexo para os fundos de pensão e seus participantes. O equilíbrio do plano será afetado e deverá ser equacionado de forma regular, a médio ou longo prazo, tendo em vista a natureza e o horizonte previsto para pagamento dos benefícios. Trata-se de um cenário obscuro, mas que saberemos como enfrentar.

Procuramos agir sempre em proveito da DERMINAS, sendo que uma de nossas preocupações é com o bem estar dos seus participantes e assistidos. Como constatação, basta acompanhar nos

informativos, para verificar algumas medidas recentes, como a implantação do empréstimo especial de Natal para a provisão do 13º salário e a redução da taxa de juros dos empréstimos. A implementação destas medidas foi estabelecida, no entanto, após análise, avaliando toda a repercussão financeira, com a condição primordial de que não fosse afetada a estabilidade das contas.

Um outro assunto importante é o início do processo de recadastramento de todos os participantes da DERMINAS. Trata-se de um processo contínuo, trabalhoso e de muita importância, pois o cadastro atualizado é uma exigência legal e também essencial para o cálculo correto dos compromissos do plano de benefícios.

Os dirigentes e conselheiros da DERMINAS, zelando pela tranquilidade dos seus associados, têm como compromisso moral manter os princípios de boa governança, de forma a assegurar a consecução dos objetivos originalmente propostos, até o encerramento de suas atividades, com o pagamento do benefício à última pensionista.

Luiz Gonzaga Chaves Campos
Diretor Superintendente

DERMINAS INFORMA

Atualização cadastral de participantes

Em 2018, a Derminas precisará atualizar as informações cadastrais de seus participantes, principalmente no que se refere aos seus futuros beneficiários.

Isto porque a reforma da previdência deverá afetar de forma importante o plano de benefícios e ter o cadastro atualizado será, não somente uma obrigatoriedade mas, também, uma necessidade primordial para a gestão do plano.

Contamos com a compreensão e colaboração de todos os associados e oportunamente divulgaremos as ações a serem empreendidas.



Nova taxa de juros de empréstimos

O Conselho Deliberativo da Derminas aprovou a redução da taxa de juros dos empréstimos concedidos aos participantes e assistidos da entidade com vigência a partir de 02/01/2018. A redução de 1,7% a.m. para 1,5% a.m. foi baseada no cenário de queda e controle da inflação apresentado pela Diretoria Executiva.

Dados estatísticos em 31/12/2017

Nº de participantes: 6.093

Nº de pensionistas: 3.827

Cronograma de Pagamento da Complementação de Pensão

Janeiro:dia 31

Fevereiro:dia 28

Março:dia 29

ECONOMIA

INFLAÇÃO - O IPCA de dezembro surpreendeu a nós e ao mercado, com +0,25% e 0,30%, respectivamente, ao exibir forte alta de +0,44%. É inevitável a implicação da surpresa nas projeções de curto prazo. Assim, subimos nossa projeção de janeiro para +0,52% e fevereiro para +0,44%. Contudo mantivemos nossa perspectiva de que a inflação de 2017 será 4,1%, dada a precocidade da avaliação altista da inflação.

ATIVIDADE ECONÔMICA - Essa semana foram divulgados os dados sobre o desempenho do comércio varejista e do setor de serviços em novembro. Considerando essas informações e também os dados divulgados anteriormente para o período, elevamos nossa projeção para o crescimento do PIB para o 4T17, de estabilidade na margem, para um crescimento de 0,1% ante o trimestre anterior, descontado os efeitos sazonais.

EUA - Com dados de atividade mais fortes que o esperado, revisamos nossa estimativa de crescimento do PIB do 4T17 para 3,1% na comparação trimestral anualizada. Ademais, acreditamos que o núcleo da inflação da cesta de consumo das famílias irá registrar alta de 1,6% em 2017.



Fonte: Banco Safra S.A.

INVESTIMENTO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018

O Conselho Deliberativo aprovou, ainda, as Políticas de Investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa para 2018. Não obstante o cenário de recuperação moderada da economia brasileira, juros baixos e controle da inflação, esse ano será desafiador para o cumprimento das metas atuariais e, nesse contexto, na revisão da Política de Investimentos do Plano de Benefícios foram feitos ajustes pontuais nos limites de alocação, atualização das projeções de rentabilidade, de benchmark, de VaR, e de liquidez e aumento do percentual de alocação em ativos de crédito.

Maiores informações sobre as referidas políticas de investimento estão disponibilizadas no site da Derminas.

Fonte: Derminas

NOTÍCIAS

Instrução nº 15 surpreende sistema ao conceder novos poderes à Previc

O sistema de Previdência Complementar Fechado foi surpreendido com a edição da Instrução Normativa (IN) nº 15/2017, que foi publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro. A norma regulamenta novos poderes para a Previc na determinação de medidas classificadas como "prudenciais e preventivas" no processo de Supervisão Baseada em Riscos. "O primeiro ponto a questionar é a maneira como a Instrução foi elaborada e anunciada, causando surpresa a todo o sistema", diz Luís Ricardo Marcondes Martins, Diretor Presidente da Abrapp.

Uma reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo no último sábado, 16, trazia declarações do Diretor Superintendente da Previc, Fábio Coelho, em que anunciava a edição da instrução. "Defendemos que a elaboração desse tipo de medida requer mais diálogo e no mínimo uma audiência pública para recolher sugestões do mercado, como tem sido feito com outras regulamentações", comenta o Diretor Presidente da Abrapp.

Um exemplo, foi a discussão da resolução sobre auditoria para as entidades fechadas, em que a Previc ouviu e acatou sugestões do mercado no sentido de conferir maior flexibilidade às novas regras. A resolução foi aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar na reunião do último dia 6 de dezembro.

Mais além da surpresa, a Abrapp aponta um problema técnico-jurídico na nova norma. "São medidas muito drásticas para serem definidas através de uma mera Instrução Normativa. Acreditamos que seja necessária a aprovação de uma Lei específica para definir tais medidas", aponta Luís Ricardo. A argumentação está baseada nos exemplos de outros órgãos de supervisão do sistema financeiro, em especial, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que utilizaram recurso da Lei para estabelecer medidas semelhantes - em especial a Lei 13506/2017.

Extensão elástica - Outro problema apontado pela Abrapp é o teor de subjetividade concedido aos agentes da fiscalização da Previc na determinação de medidas que passam pela suspensão cautelar da habilitação de diretores e conselheiros, alteração de estatuto, regulamento e convênio de adesão e até pela transferência de plano para outra EFPC. "O problema é que a instrução instaura um ambiente de forte insegurança jurídica porque traz critérios subjetivos concedidos aos agentes da fiscalização", diz Luís Ricardo.

O Diretor Presidente da Abrapp reafirma o compromisso da associação com o aperfeiçoamento da governança do sistema, em atuação junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores. Porém, neste caso específico da IN nº 15 aponta que faltou diálogo em sua elaboração. A Abrapp enviou carta ontem externando as preocupações de nossas associadas.

Fonte: ABRAPP